



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/06/2016

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	1
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. DECISÕES.....	2
2.2. PRESIDÊNCIA.....	3



Mãe d'Água deve ser restaurada

Em sentença assinada dia 14, o juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, condenou o Hotel Vila Rica (CTH Hotéis) e o Município de São Luís a restaurarem a estátua da Mãe d'Água Amazonense, obra do artista plástico maranhense Newton Sá. A Mãe d'Água fica na Praça Dom Pedro II, Centro Histórico de São Luís. Cabe agora ao Hotel, no prazo de 180 dias, enviar a estátua ao fundidor original ou outro indicado pelo Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (IPLAM), bem como custear todas as despesas, como remoção e transporte da obra e acompanhamento do trabalho de restauração.

Justiça determina suspensão da greve dos policiais civis

O desembargador Antônio Bayma Araújo concedeu liminar, ontem à noite, em ação civil pública proposta pelo Governo do Maranhão, e determinou a suspensão da greve dos policiais civis. No seu despacho, o desembargador determina ainda que os policiais civis deverão se abster de promover, divulgar ou incentivar medidas de paralisação ou movimento grevista. A propósito da decisão de agentes penitenciários e policiais civis de fazerem greve por questões salariais, o Governo do Maranhão divulgou nota, na sexta-feira, solicitando o fim da greve dos agentes penitenciários e policiais civis, e assumindo o compromisso de manter o diálogo “para debater, com franqueza e espírito construtivo, as reivindicações dessas categorias”.

PÁG. 12

Justiça determina suspensão da greve dos policiais civis

O desembargador Antônio Bayma Araújo concedeu liminar, ontem à noite, em ação civil pública proposta pelo Governo do Maranhão, e determinou a suspensão da greve dos policiais civis. No seu despacho, o desembargador determina ainda que os policiais civis deverão se abster de promover, divulgar ou incentivar medidas de paralisação ou movimento grevista. A propósito da decisão de agentes penitenciários e policiais civis de fazerem greve por questões salariais, o Governo do Maranhão divulgou nota, na sexta-feira, solicitando o fim da greve dos agentes penitenciários e policiais civis, e assumindo o compromisso de manter o diálogo “para debater, com franqueza e espírito construtivo, as reivindicações dessas categorias”. A nota diz que, “desde o início da atual gestão, estamos dando prioridade à recuperação do serviço público no Maranhão, com medidas como reajustes de vencimentos, de gratificações e auxílios; nomeação de novos servidores e realização de concursos e seletivos; promoções e progressões, etc. Além disso, iniciamos a construção do novo Hospital dos Servidores do Estado. Trata-se de processo progressivo, pois não é possível corrigir problemas de décadas em apenas

um ano”.

O Governo do Estado explica também, na nota, que esse processo de recuperação do serviço público “é gravemente afetado pela crise econômica que vivemos, que inclusive está levando vários estados a atrasar o pagamento de suas folhas mensais, como o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Com uma gestão honesta, e que prioriza o investimento no serviço público, felizmente, estamos mantendo os pagamentos do salário do funcionalismo no Maranhão rigorosamente em dia.” Diz ainda a nota que, “nesse momento, algumas categorias de servidores, já beneficiadas por aumentos em 2015, fazem novas reivindicações de aumento. O Governo do Maranhão manteve intenso diálogo e apresentou proposta de acordos judiciais com ganhos concretos, a serem atendidos parceladamente para não destruir as finanças estaduais e resultar em atrasos dos pagamentos dos próprios servidores. Mesmo diante desse esforço, lamentavelmente, essas categorias rejeitaram as propostas do governo e resolveram trilhar o caminho da greve. Greves ilegais e abusivas, pois afetam serviços essenciais à segurança e à vida das pessoas, como o Poder Judiciário tem decidido.”



Os desembargadores Raimundo Barros (vice-presidente e corregedor do TRE-MA) e Cleones Cunha (presidente do TJMA), o governador do Estado, Flávio Dino e o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior na solenidade de posse do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho (Ribamar Pinheiro)